

PFL critica ausência de Maciel

Falta de apoio ao Centrão abala posição do presidente do partido

DIVALDO BARBOSA



Na reunião da Executiva, Maciel foi pressionado

PMDB se une contra a eleição geral em 88

Se o PFL decidiu assumir a campanha em defesa das eleições gerais no próximo ano, no PMDB (amplamente vitorioso no último pleito) e repúdio a esta idéia é talvez o único ponto capaz de unir quase todas as variadas facções do partido. A exceção é o movimento dissidente MUP, que pretende transformar-se numa nova legenda e ao qual uma eleição em 88, conforme admitiu o coordenador Nelson Friederich (PMDB-PR), seria politicamente conveniente.

Unidos pelo sobrenome e a origem política (ambos são paulistas), mas geralmente em campos opostos em termos ideológicos, o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Roberto Cardoso Alves aproximam-se bastante quando se trata de condenar as eleições gerais. Utilizando cada qual o seu estilo de argumentação, os dois são veementes na crítica à tese encampada por pefelistas e mupistas.

Emocional como de hábito, o deputado prometeu apresentar uma emenda a qualquer projeto que vier a ser proposto neste sentido, tornando inelegíveis os atuais parlamentares. E justificou: "Ora, um senador que abre mão de sete anos de mandato e um deputado que renuncia a três anos são dois débeis mentais que não merecem representar o povo".

Cardoso Alves nem parou para pensar quando perguntado a quem interessaria as eleições gerais. Respondeu com uma frase

que, no seu modo de ver as coisas, encerra a questão: "Ninguém explica um ato de loucura".

Mais racional, Fernando Henrique tratou de refutar, um a um, todos os argumentos levantados em defesa da tese. Começou contestando a afirmação de que o PMDB só ganhou as eleições devido ao engodo do Plano Cruzado I, chegando a garantir que o seu partido repetiria a performance de 86 no próximo ano: "O cruzado não foi defendido apenas pelo PMDB, mas pela Aliança Democrática. Tanto que o líder do PFL, Carlos Chiarelli, fez campanha com a foto do Sarney do lado. Acontece que a Frente Liberal perdeu as eleições e agora está sustentando essa idéia à procura de uma chance de se recuperar".

O líder peemedebista no Senado também contesta o argumento segundo o qual o povo não deu delegação aos atuais deputados para, sob o parlamentarismo, participarem do Poder Executivo. Na opinião dele, este problema pode ser perfeitamente solucionado com a convocação de um referendo destinado a respaldar o novo regime.

Fernando Henrique afasta, ainda, a perspectiva de surgir um impasse político caso o próximo presidente da República seja de outro partido, mas obrigado a conviver com um primeiro-ministro do PMDB majoritário. Ele lembrou que o próprio projeto de Constituição aponta a dissolução

da Câmara como saída para esta hipótese.

Falando em nome da única facção peemedebista que apóia as eleições gerais — o MUP, o deputado Nelson Friederich afirmou que esta seria uma forma eficaz de "zerar" a política nacional, inaugurando-se com a futura Constituição toda uma nova representação popular. Isto em todos os níveis: de vereador a presidente da República.

Mas o próprio mupista já manifesta preocupações com as companhias que vem ganhando na defesa do pleito geral. Referindo-se principalmente a direitosas que abraçam esta tese, ele estranhou que a idéia venha ganhando adeptos justamente entre os que foram contrários à convocação de uma Constituinte exclusiva, ou mesmo os que só passaram a apoiá-la depois da aprovação do mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Friederich vê ainda, como pano de fundo para a "conversão" de políticos como Aureliano Chaves e Afif Domingos, o nítido objetivo de inviabilizar o regime parlamentarista, através da precipitação de campanha sucessória em todos os níveis. "Esta tese só não vinga se o PMDB assumir firmemente a defesa do sistema de gabinete, indicar o primeiro-ministro e conseguir ao menos amenizar a crise econômica em quatro ou cinco meses. Do contrário, o povo se engajará francamente na defesa do pleito geral".

Pefelistas de Minas querem romper

O PFL mineiro, continua favorável ao rompimento do partido com o Governo Sarney. Foi o que informava, ontem, à bancada federal do PFL, o presidente e o secretário-geral do Diretório Regional, ex-deputados Paulino Cicero de Vasconcelos e Jairo Magalhães. Disseram também, que o PFL no Estado defende eleições presidenciais em 1988.

O presidente do PFL de Minas informou, ainda, que junto à opinião pública de Minas, está prevalecendo a tese de eleições gerais no próximo ano. O tema consta da consulta do partido, de iniciativa da direção nacional, simultaneamente com a da preferência do candidato a presidente da República.

Os dirigentes do PFL mineiro alertaram que o partido encontrará muitas dificuldades nas eleições de prefeituras, a começar por Belo Horizonte, se o Ministério do Planejamento continuar alimentando o PMDB de grandes recursos.

Richa pedirá um plebiscito para gabinete

O senador José Richa (PMDB/PR) irá apresentar emenda ao Cabral III estabelecendo, nas disposições transitórias, que juntamente com as eleições municipais de 1992 será realizado um plebiscito para que o povo brasileiro se manifeste sobre a continuidade ou não do sistema parlamentarista de governo. Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expedir as instruções necessárias destinadas à realização do plebiscito.

Na justificativa da emenda, o senador afirma que com ela fica assegurado um mínimo de tempo de vigência para o parlamentarismo, e instituído desde logo um mecanismo apropriado de aferição popular do desempenho do novo sistema.

A composição com Pires também é descartada por deputados baianos, como Genebaldo Correia que ironiza: "se é para compor esquerda com direita e Nordeste com São Paulo, o negócio é formar a chapa Pires na Presidência e Funaro para vice". O senador paulista Severo Gomes, ligado ao presidente do PMDB, e da Constituinte Ulysses Guimarães, também duvida da possibilidade de Waldir Pires largar o Governo baiano por aceitar uma Vice-Presidência numa disputa ao lado de Quêrcia: "não tem cabimento".

Severo Gomes não acredita, tampouco, que o próprio Quêrcia vá se lançar candidato. "Ele é muito arguto, não ia perder o Governo de São Paulo para se lançar numa aventura", afirma. O pernambucano Maurílio pensa a mesma coisa e alega que Quêrcia tem a seu favor a pouca idade, que lhe permite aguardar mais uma disputa presidencial enquanto consolida seu nome a nível nacional através do Governo paulista.

Entre os incrédulos e os que trabalham pela candidatura de Quêrcia há um ponto de identificação: o momento para o governador paulista, assim como para todos os presidencialistas do PMDB, é de silêncio, à espera de definições finais da Constituinte sobre data e regras das próximas eleições e, especialmente, sobre sistema de governo. A partir daí é que vai deslançar — ou não — a candidatura. "Enquanto isso a gente trabalha com intuição — diz o paulista Airton Sandoval — e a intuição diz que Quêrcia está articulando a unidade do partido e vai ser candidato".

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), foi ontem contestado na reunião da Executiva do partido por não haver comparecido à reunião da Constituinte que votou a proposta do Centrão. Maciel, que ficou abalado em sua presidência, explicou que apoiara o documento, mas não votara a favor porque tinha sido alterado.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), que condenou a atitude de Maciel, saiu da reunião dizendo que "não somos um ajuntamento e precisamos ter posições definidas". Ele quer uma reunião da bancada para definição em torno do sistema de Governo e do mandato do atual Presidente.

PESQUISA

O secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MS), foi incumbido pela Executiva de apresentar o projeto para realização da prévia sobre o candidato a Presidente da República e de uma consulta sobre temas da Constituinte. A idéia é de que as prévias sejam semelhantes às primárias norte-americanas.

A consulta abordará questões doutrinárias, como sistema de Governo, e outras conjunturais, como a realização das eleições gerais, em todos os níveis, em 88, proposta pelo senador Carlos Chiarelli (RS), líder no Senado.

Apesar da resistência de alguns parlamentares, a cúpula do PFL apoiará a campanha pelas eleições gerais. O senador Jorge Bornhausen (SC), um dos defensores da proposta, está convencido de que cerca de 90% das bases estão a

favor de sua realização, pois permitirão a retomada de vários governos em consequência do desgate do PMDB.

A prévia sobre presidente da República não limitará o número de candidatos. Na prática, porém, isso será inevitável porque há consenso de que apenas o ministro Aureliano Chaves tem possibilidade de disputar a Presidência da República e ninguém, no partido, questiona sua indicação.

DESGASTES

O Centrão foi defendido com ênfase, na reunião do PFL, pelos deputados José José Lins (CE) e José Lourenço. O comportamento do senador Marco Maciel, que se retirou de plenário e obteve a desistência de mais seis parlamentares, foi criticado por Lourenço, que exigiu uma maior unidade do partido.

O choque, na realidade, não é em torno do Centrão, que objetiva alterar o Regimento da Constituinte para facilitar novas emendas. A luta está em torno do período do mandato do presidente José Sarney e do comportamento do partido em relação ao governo. Lourenço é a favor dos cinco anos e de que o PFL se solidarize com o Presidente, o que não é aceito por Maciel.

A deputada Eunice Michiles (AM) apoiou Lourenço, chegando a defender o mandato de seis anos para o Presidente da República, alegando que foi eleito para esse período. Reduzi-lo porque o governo não tem obtido grandes êxitos é apenas um argumento subjetivo, que não pode condicionar a Constituinte.

Políticos aceitam lobbies

Com uma palestra do senador Marco Maciel (PFL-PE), foi encerrada na manhã de ontem o seminário "rupos de pressão", promovido pelo Instituto Tancredo Neves, do partido da Frente Liberal. O presidente do PFL falou sobre "rupos de pressão e seu disciplinamento legal". Antes de Maciel, falou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), abordando a presença dos grupos de pressão junto à Assembleia Nacional Constituinte.

Plínio de Arruda Sampaio destacou que muitos dos grupos de lobistas presentes à Constituinte atuaram de forma correta e ética, no entanto, outros "não sabem o que seja a ética e o respeito", citando nominalmente a UDR — União Democrática Ruralista. Plínio fez questão de destacar que a questão ética é a mais importante, declarando-se favorável à legalização e consequente registro dos grupos de pressão.

Marco Maciel fez seu pronunciamento baseando-se em um projeto de sua autoria que tramita no Senado. Entende o senador que os grupos de pressão devem funcionar perfeitamente legalizados, tanto a nível de empresas organizadas, como individualmente, tornando-se canais

para os reclamos dos diversos segmentos da sociedade ou de grupos de pessoas, que podem ser trabalhadores, empresários, donas de casa ou qualquer outro. Para o senador, o exemplo dos Estados Unidos, onde os lobbies são reconhecidos e chegam a participar dos trabalhos junto ao Executivo e ao Legislativo, deveria ser seguido no Brasil, com o povo ganhando novos canais de participação".

Ao final do Seminário, o presidente do Instituto Tancredo Neves, deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), disse que a promoção foi dada mais proveitosa e o tema importante para o momento. Garantiu Lúcio que quase nada tem sobre a matéria de discussões como as que se realizaram, esclarece, principalmente, que o lobista não deve ser visto como uma atividade desonesta mas sim um trabalho que é pago, ou de convicção.

Ilustrando a presença de lobbies na Constituinte e as pressões que os mesmos fazem para identificar votos e conseguir apoios às posições, o deputado Lúcio Alcântara disse que chegou a colocar um aviso em seu gabinete, onde esclarecia "recebo a todos, mas me resguardo o direito de não revelar meu voto".

Quercistas indecisos na jogada sucessória

TAISA FERREIRA
Da Editoria de Política

Ser ou não ser candidato, eis a questão. O dilema dos "quercistas" da Constituinte se explica: ao mesmo tempo em que consideram o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, o candidato a candidato mais viável eleitoralmente no PMDB, com a vantagem de ser um nome de projeção nacional e com melhores condições hoje de articulação interna no partido com vistas à candidatura, os seus aliados não deixam de avaliar o risco de abrir mão de um verno poderoso como o de São Paulo para se lançar numa disputa onde o eleitorado paulista vai estar muito dividido, com o grande número de candidatos que devem emergir do Estado.

Na dúvida, o coordenador da bancada paulista do PMDB deputado Roberto Rollemberg, um dos portavozes de Quêrcia na Constituinte, prefere jogar nos dois lados. Ele lança mão das próprias declarações do governador — que tem negado a candidatura — para mostrar que não seria interessante politicamente para Quêrcia largar o Governo com tão pouco tempo de mandato.

"Seria diferente se a eleição fosse em 89; saindo para 88, não acredito que ele vá querer mesmo se candidatar", comenta.

Mas pelo sim, pelo não, trata de encher a bola do presidencialismo que leva a vantagem, a seu ver, "de ser considerado um grosso pela elite intelectual e um populista, novo rico, pela elite financeira. Acaba ficando com o povo". A candidatura terá mais força,

segundo Rollemberg — que reflete aí o pensamento de todos os quercistas — se o nome de Quêrcia for trabalhado como nome de consenso no partido.

E é na busca de unidade interna em torno do governador paulista que surge para vice de Quêrcia o nome do governador da Bahia, Waldir Pires, apontado, entre outros paulistas, pelo próprio Rollemberg e pelo deputado Theodoro Mendes que, empolgado, garante que "as conversas com Pires já estão adiantadas". O tempero progressista que Pires daria à candidatura Quêrcia poderia também vir com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. O importante, para os quercistas, é que o nome seja buscado no Nordeste.

Mas apesar de Arraes já ter acenado de Recife para a candidatura Quêrcia, a possibilidade dele vir a compor, uma chapa com o colega paulista é absolutamente descartada na bancada pernambucana do PMDB, que, ao contrário da paulista, não tem dúvidas: "Arraes é candidato à Presidência", garantem, entre outros, os deputados Maurílio Ferreira Lima e Cristina Tavares.

Arraes nunca ia largar o Governo de Pernambuco para sair de vice, argumenta Maurílio Ferreira Lima, que já tem preparada emenda presidencialista em que não existe o cargo de vice-presidente. "Arraes viu a emenda e gostou", assegura. As articulações do governador pernambucano, que tem apontado Quêrcia como forte candidato, são apenas estratégicas e visam dar maior projeção nacional ao próprio Arraes, na avaliação de Maurílio.